

GÊNERO E DESIGUALDADE SOB O ENFOQUE INSTITUCIONAL

Marcela Fernanda da Paz de Souza
Universidade Federal de Juiz de Fora
Mestranda em Ciências Sociais
marceladapaz@yahoo.com.br

Resumo

Partindo-se da impossibilidade da naturalização do conceito de gênero - no qual homens e mulheres são compreendidos enquanto categorias distintas e possuem sistematicamente diferentes poderes no que se refere ao acesso ao bem-estar material e social – avalia-se, neste ensaio, gênero como uma instituição social. A análise de gênero como instituição permite compreender a re-produção de gênero enraizada socialmente. Na construção social de gênero não importa o que ambos fazem e se fazem a mesma coisa, a instituição social de gênero indica apenas que o homem e a mulher devem ser observados de forma diferenciada. Entretanto, o processo de criação social de gênero ocorre de uma forma dialogal entre indivíduo e sociedade, o qual permite compreender a instituição e, conseqüentemente, a desigualdade de gênero, de forma dinâmica. Por esta razão, constata-se a importância das vertentes institucionais favoráveis ao agenciamento humano, à prática social e à ação do indivíduo, pois permitem analisar as disparidades nas relações sociais construídas entre homens e mulheres com uma capacidade de mudança. Se, comumente, as ligações estabelecidas entre os universos masculino e feminino são apresentadas apenas sob a perspectiva da dominação masculina, autores como Robert Connell e intelectuais relevantes para o estudo de gênero, entre elas, Judith Lorber, Patrícia Martin, Amy Wharton, Bárbara Risman, não refutam a realidade da desigualdade, entretanto, abrem o horizonte sobre a possibilidade de re-pensar seus mecanismos causais e, assim, impulsionar a mulher no horizonte de acesso aos recursos produtores de valor, à educação, à liberdade de escolher, enfim, de se emancipar.

Palavras-Chave: Gênero; desigualdade

GÊNERO COMO INSTITUIÇÃO SOCIAL

Partindo-se da impossibilidade da naturalização do conceito de gênero, a historiadora Joan Scott afirma que o termo é uma categoria fundamental para a compreensão das diversas interfaces entre o poder e as relações sociais construídas entre homens e mulheres. Scott afirma que gênero e poder se influenciam mutuamente e que a diferença entre os

sexos deve ser analisada como uma estrutura na qual a sociedade se move, segundo as características e os discursos culturais e históricos baseados nesta diferença. Gênero se configura, portanto, como um discurso utilizado para ordenar o mundo. “Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às idéias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas (...), aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais” (Scott, 1995; 1998: 115). A socióloga Patrícia Martin também destaca o papel que ‘gênero’ desempenha nas esferas da ideologia e do poder, pois ele legitima e instrumentaliza as relações sociais, além de estar entrelaçado com outras instituições (Martin, 2004).

A adoção de uma análise institucional de gênero apresenta seu significado, à medida que na abordagem se verifica a suposta invisibilidade de gênero e a sua interseção complexa e em movimento com as demais instituições, capaz de tornar o conceito sujeito à (re) consideração, à crítica e à mudança. Na pesquisa de gênero como instituição, dois pontos são fundamentais na avaliação de Martin: obter a compreensão clara do que é uma instituição social e analisar o

dinamismo e a profundidade social da noção de gênero (Martin, 2004).

Como explica a socióloga, na Teoria Social do século XX/XXI, o conceito de instituição social é compreendido por abordagens diferenciadas. Para muitos sociólogos sua configuração é abstrata e circundada, caracterizada pela centralidade e pela persistência temporal; considera-se, ainda, que a aglutinação de diferenciadas instituições fundamenta a existência da sociedade, além de traçar suas metas ou suas necessidades; elas também são consideradas como harmoniosas, além de possuírem qualidades morais e éticas (Balzer, 2003; Bellah Colleagues, Ano; Berger E Luckmann, Ano *Apud* Martin, 2004). As instituições são definidas, além disso, como modelos estabelecidos ou métodos, nas quais os aspectos da vida social são analisados como regulares e permanentes. Criou-se uma lógica de práticas material e simbólica de ação para os indivíduos, de construção institucional, baseada na rotina e nas estruturas (Friendland E Alford *Apud* Wharton, 2005).

As correntes que compreendem a instituição social como internamente livres de conflitos, fixas, imutáveis e a-históricas são colocadas em xeque pelas abordagens subseqüentes àquelas do início do século XX. As novas abordagens propuseram um conceito de instituição que a definiu como inconsistente, potencialmente aberta à mudança, ao agenciamento humano, além de ser caracterizada pela capacidade de gerar diversas formas de desigualdades e de privilégios (Giddens, 1984, Berger & Luckman *Apud* Martin, 2004).

O pesquisador Balzer (2003) discorda da afirmação que as instituições sociais atuam de forma positiva ou vantajosa a todos os membros e afirma que existem instituições que escravizam e infringem prejuízo e escravidão aos seus integrantes. Se as mesmas são importantes para a coesão e o funcionamento da sociedade, nem sempre ela beneficia igualmente os indivíduos (Balzer, 2003 *Apud* Martin, 2004). “Muitos sociólogos equiparam instituições sociais com normas, regras, valores ou crenças com a não atenção

para processos e práticas. Esta limitação e definição estática têm estado sujeitas à contestação por algumas escolas que afirmam a centralidade de práticas na constituição da instituição social” (Giddens, 1984; Lorber, 1994; Lorber, 1994; Reskin, 1988 *Apud* Martin, 2004: Pg).

Ampliando o horizonte teórico no que se refere à instituição social, Anthony Giddens advoga a ocorrência da agência humana em espaços geográficos distintos e em diferentes períodos históricos, por esta razão os grupos sociais constituem e (re)-constituem as instituições continuamente. O tempo se torna para o sociólogo um importante elemento em sua concepção de instituição, pois há a distinção de um tempo individual rotineiro e as experiências de longa duração, persistentes, do tempo institucional. Destaca-se, ainda, a existência de uma terceira dimensão de temporalidade. “A vida do indivíduo, pelo contrário, não é somente finita, mas irreversível, ‘sendo em direção à morte’ (Martin, 2004 *Apud* Giddens, 1984: 1255).

O sociólogo é contrário à concepção de instituição social reduzida a instituições como família, religião e educação, entre outras, e à separação das esferas macro e micro sociais. Assim, os indivíduos internalizam as instituições ao mesmo tempo em que as compõem. Outro ponto importante na análise de Giddens, e que também é instrumentalizado por Connell em seu estudo sobre gênero e sexualidade, é a corporificação da ação humana em todas e quaisquer ações sociais. “As pessoas têm corpos que fazem coisas via ação física e comunicativa e, na ação, constituem-se a eles próprios e a sociedade, com a estruturação referindo à constituição simultânea de ‘agentes’ e ‘estruturas’” (Giddens, 1984: 25-26 *Apud* Martin, 2004: 1256-1257). Entre as escolas favoráveis à nova prática de ação social, a escola de gênero se apresenta na vanguarda, como pode ser visto em Acker (1992) e Risman (1998).

As Escolas de Gênero têm também avançado na noção que instituições são corporificadas; o ‘corpo material’ é a chave. Isto é, as práticas e as interações da pessoa ‘real’ com corpos que falam e que constituem a

Instituição Social, incluindo Gênero (Acker, 1990; Connel, 1987; Lorber, 1996; 1999; Rogers & Garrett, 2000 *Apud* Martin, 2004: 1251).

Em seu trabalho, Patrícia Martin (re)-define o conceito de instituição social com base nas análises apresentadas acima e constrói vinte características-chaves presentes nas diversas instituições, como a de gênero: a)- as instituições são profundamente sociais; além de serem características dos grupos; b)- persistem através do tempo e das distâncias geográficas; c)- envolvem distintas práticas sociais que ocorrem periodicamente (Giddens, 1984); podem ser recicladas (Connell, 1987) ou são repetidas (todo o tempo) pelos membros do grupo; d)- ao mesmo tempo limitam e facilitam a ação e o comportamento dos membros do grupo e da sociedade; e)- as instituições têm posições e relações sociais que são caracterizadas pelas expectativas particulares, normas, regras e procedimentos; f)- são constituídas e reconstituídas por agentes corporificados; g)- elas são internalizadas pelos membros dos grupos e igualmente os membros se

identificam com suas práticas, desta forma, o fenômeno institucional adquire significado e importância; j)- instituições são inconsistentes, contraditórias e abundantemente conflituosas; j)- apresentam-se em contínua mudança; l)- são organizadas de acordo com e permeada pelo poder e m)- instituições e indivíduos mutuamente se constituem, ambos não estão separados dentro de fenômenos macro e micro sociais (Martin, 2004).

Os argumentos de Patrícia Martin sobre a relevância de se compreender gênero como uma instituição social, assim como o de avaliar a importância desta abordagem para se analisar o impacto de gênero na construção das diversas esferas sociais, abrange os seguintes fatores:

Comportamento Sublinhado da Sociabilidade de Gênero. Este ponto sugere a adoção da significação de gênero como instituição social da mesma forma que a família, a economia e a política. Entretanto, considera Martin, o conceito é reduzido por diversos pesquisadores e pela cultura popular em termos biológicos e, pela psicologia, nos caminhos que negam

sua sociabilidade e sua suscetibilidade para a construção social. A autora persiste na concepção da coletividade, da sociabilidade e da fluidez das relações de gênero para compreendê-las como uma instituição social.

O outro ponto apresentado pela autora é a *Atenção Direta para as Práticas*, na qual ela explica que os sociólogos estão transcendendo intelectualmente àquele conceito estático atribuído ao *status* e aos papéis do sexo e do gênero. Em consequência, significativas contribuições são realizadas pelas análises das escolas de gênero em direção a uma concepção de instituição social, pois abrangem em suas pesquisas o comportamento, a declaração estratégica, a performance e a mobilização voltadas às práticas de gênero. A questão das dinâmicas de gênero deve, contudo, ser avaliada em suas formas reflexivas e não-reflexivas, Anthony Giddens, por exemplo, explica que as ações das pessoas possuem propósito estabelecido, mas os efeitos das suas ações são muitas vezes indeterminados.

O vínculo entre a *Organização Social e o Poder* é apresentado por Martin

como uma das formas que gênero se apresenta como instituição, uma vez que produz as diferenças responsáveis pela alocação desigual de recursos e de oportunidades. As práticas recorrentes da estrutura de pensamento e de comportamento em detrimento de outra prática podem ocasionar privilégios. Assim, não se pode ignorar o poder ao pensar nas relações de gênero, pois, assim, o pesquisador poderá refletir o ‘porquê’ e o ‘como’ das estruturas de desigualdade, das competições entre e dentro dos grupos historicamente construídos (Martin, 2004 *apud* Collins, 1998: 152-54). O poder, portanto, permite compreender como gênero, raça/etnia, classe, sexualidade e outros ‘eixos da diferença’ refletem o poder como categorias isoladas ou inter cruzadas (Martin, 2004).

A socióloga destaca o *Reconhecimento das Disjunturas, Conflitos e Mudanças*, pois instituição alguma é coerente e integrada constantemente, uma vez que as pessoas apresentam diferentes ocupações, interesses e identidades. A autora exemplifica como a dinâmica e as transformações inseridas pelo

movimento feminista afetaram contraditoriamente as práticas de outras instituições como o sistema legal, o educacional, a classe social e a heterossexualidade, entre outras.

Martin salienta, ainda, o *Desafio da Separação Micro-Macro Sociais*. A construção das corporações e das grandes instituições contém em seu cerne, embora não exclusivamente, a agência humana e a atuação dos indivíduos; o que permite uma produção mútua das duas esferas, demonstrando a impossibilidade de disjunção do micro e do macro sociais.

A análise de gênero como instituição social permite compreender a reprodução de gênero enraizada socialmente. Presentes nas diversas esferas da vida cotidiana, as questões de gênero atentam para o debate de como as relações sociais entre homem e mulher proporcionam formas de desigualdade de acesso e de direitos sobre recursos e direitos laborais. Sabe-se que este processo de criação social de gênero ocorre de uma forma dialogal entre indivíduo e sociedade, o que permite compreender a instituição e,

conseqüentemente, a desigualdade de gênero, de forma dinâmica.

O sociólogo Robert Connell ressalta, por exemplo, que a evidência empírica sobre a desigualdade de gênero não é simplesmente um amontoado desordenado de dados, mas revela a base de um domínio organizado da prática humana e das relações sociais. Sabe-se ainda, como demonstra Connell, que as relações de gênero são o produto de interações sociais e atividades cotidianas, enfim, são ordenações sociais coletivas. Compreender as formas cuja desigualdade entre homens e mulheres são construídas, transformadas ou erradicadas socialmente é fundamental para este estudo, por isso, a próxima seção apresentará uma reflexão sobre a relação entre gênero como uma instituição social e as formas como a desigualdade é configurada nesta esfera.

GÊNERO, INSTITUIÇÃO E DESIGUALDADE

Como Patrícia Martin, a pesquisadora Amy Wharton (2005) contribui para o estudo de uma perspectiva institucional de gênero. Wharton explica que gênero

opera em três níveis principais: individual, interacional e institucional. No plano individual, embora as escolas divirjam sobre os processos pelos quais gênero ocorre e sobre a durabilidade das distinções que são criadas, os estudos reconhecem que os indivíduos têm a existência generada. O segundo nível, interacional, indica que as distinções de gênero e as desigualdades são produzidas através das relações sociais e da interação. Nesta abordagem, gênero pode ser observado quando o caráter do contexto social adquire importância. E, finalmente, gênero é produzido através dos arranjos organizacionais e das instituições (nível institucional). Para entender gênero como instituição, deve-se atentar para a estrutura social, para as políticas e práticas que a sustenta.

Assim, Wharton compreende gênero como “um sistema de multimodelos de práticas sociais que produzem distinções entre homem e mulher e organizam desigualdades na base dessas distinções. Ele é um princípio de poder da vida social que é visível em todo o mundo social. Gênero opera sobre os modelos individual, interacional e

institucional” (Wharton, 2005: 119).

Concentrando a análise deste estudo sobre o nível institucional, ressalta-se que para Amy Wharton a vida social é marcada pela organização e pela rotina, cuja interação que lhe é própria ocorre no espaço das organizações sociais, tais como escolas, universidades, igrejas, associações voluntárias. A autora destaca as organizações, pois elas são importantes em suas ligações com as práticas sociais na construção da diferenciação de gênero e na (re) produção da desigualdade (Wharton, 2005).

A socióloga, entretanto, explica que compreender as desigualdades e a (re) produção de gênero a partir das instituições oferece um cenário social mais próximo da realidade social do que se as estudássemos apenas sob o impacto das organizações. A análise institucional abrange gênero nos aspectos da estrutura social e cultural e direciona para as práticas e para as políticas das organizações, além de apresentar as dimensões materiais e simbólicas das instituições.

Tem-se o princípio que a variável de gênero é construída socialmente e

externaliza uma forma de estratificação social. Desta forma, a construção de uma teoria institucional de gênero implica em um mecanismo sistemático de desigualdades entre homens e mulheres inseridos nas ideologias, nos processos sociais, nas imagens e nas práticas de distribuição de poder. As relações se tornam mais despersonalizadas, cristalizáveis e invisíveis, pois as instituições persistem sem que haja uma intervenção consciente do indivíduo a fim de perpetuá-la. As instituições, então, encobrem interesses na manutenção do ordenamento de gênero, enfraquecem o grupo subordinado e se incorporam nas estruturas sociais e nas rotinas do dia-a-dia. Nos termos de Charles Tilly, as desigualdades baseadas em gênero, assim como, em classe social e raça, são fortificadas e duráveis. Elas estão imersas nas estruturas e nas práticas das organizações, incluindo escolas, família, mercado de trabalho, entre outras (Wharton, 2005).

Desigualdades de todas as formas persistem em parte porque as pessoas as vêem (e os processos que geram

resultado desigual) como legítimas. Legitimação refere-se aos processos pelos quais as desigualdades são justificadas – isto é, eles são entendidos em caminhos que os constroem aceitáveis ou razoáveis. Desigualdades podem ser aceitas por concordância, vistas como aceitáveis, compreendidas como desejáveis ou, talvez, meramente toleradas. Elas podem ser invisíveis ou reconhecidas (Wharton, 2005: 225).

Wharton (2005) explica que as linhas de pensamento que tratam ‘expressões de gênero’ como ‘gênero neutro’, direciona a atenção das pesquisas para uma concepção de organização, estrutura e práticas sociais que abrangem os influentes ‘aspectos da produção da ordem social e reprodução da desigualdade e das distinções de gênero’ (Wharton, 2005: 66). Ao comentar Acker, Wharton apresenta os aspectos principais de uma sociedade com instituições geradas, as quais constituem “as regras do jogo” social e contribuem para a desigualdade entre homens e mulheres.

Gênero está presente nos processos, práticas, imagens e ideologias e distribuição de

poder em vários setores da vida social. Apropriando-se mais ou menos do completo funcionamento, a estrutura institucional dos Estados Unidos e outras sociedades são organizadas ao longo das linhas de gênero...[Estas instituições] têm sido historicamente desenvolvidas pelos homens, correntemente dominado pelos homens, e simbolicamente interpretado como ponto de partida de homens em posição de liderança, ambos no presente e historicamente (Acker, 1992 b *apud* Wharton, 2005).

A abordagem explica que gênero é reproduzido através do entrelaçamento da institucionalização e da legitimação, o qual dificulta a operacionalização da redução da desigualdade. A legitimação se refere aos processos que justificam a desigualdade, caracterizando-a como razoável ou justa. É possível compreender a desigualdade, ainda, como aceitável, admiti-la como proveitosa ou, talvez, ela pode ser meramente tolerada. Seus pontos podem ser invisíveis ou desconhecidos. De uma forma geral, a socióloga salienta que todas as formas de desigualdade podem também se alicerçar na ideologia, além da base de sustentação

dos processos de legitimação.

A ideologia está relacionada ao fator em domínio, amplamente formador da visão de mundo que reflete a compreensão das pessoas da realidade social em torno delas. Os elementos constituintes da ideologia podem ser verdadeiros ou falsos, e o seu papel na reprodução da desigualdade está mais vinculado na forma como está entrelaçado neste processo de criação das disparidades, à sua veracidade.

As desigualdades de todos os tipos devem ser legítimas se elas vão (forem) permanecer sem mudanças (imutáveis), mas, os modos como isto é feito variam. Como nós temos visto, relações de desigualdade institucionalizadas de longo prazo, tais como aquelas baseadas no gênero, dão aos grupos dominantes um interesse absoluto, forte, em manter estes arranjos. Para isto seja feito é preciso que eles construam ideologias que sejam benignas e agradáveis para com o grupo subordinado, ao invés de hostis e antagônicas. O grupo dominante deve oferecer ao grupo subordinado uma interpretação de sua relação que obscureça os arranjos desiguais. O grupo subordinado deve achar esta ideologia persuasiva se o

grupo dominante for proteger seus interesses (Wharton, 2005: 222).

Amy Wharton explica que para Jackman a desigualdade de gênero é reproduzida a partir de duas formas de ideologia: o paternalismo e a deferência. O paternalismo é uma ideologia significativa e poderosa, pois alinhava sentimentos positivos, em relação ao grupo subordinado, com a prática do controle social. Já a deferência se refere aos sentimentos positivos retribuídos pelo grupo subordinado que não percebe a lógica e a importância para desafiar o controle do grupo dominante sobre ele.

Quando aplicado às relações de gênero, o paternalismo é uma ideologia que vê as mulheres como se precisando de carinho, proteção e orientação por parte dos homens. A deferência implica a aceitação, por parte das mulheres, desta relação. Na medida em que as relações de gênero forem interpretadas através das lentes de ... (por parte dos homens), e deferência (por parte das mulheres), as desigualdades serão obscurecidas. Nem todos os homens ou todas as

mulheres abraçam estas ideologias (Wharton, 2005: 225).

Uma das importantes questões levantadas por Wharton é que não se pode subestimar as dificuldades associadas à desconstrução de gênero e à redução da desigualdade de gênero. A socióloga critica a tendência que as pessoas têm de ignorar as possibilidades dos indivíduos e dos grupos de realizarem uma mudança real no curso da reprodução da desigualdade e também de serem excessivamente pessimistas sobre as chances de se alcançar uma igualdade de gênero.

A socióloga explica que muitos pesquisadores procuram compreender como a mudança social ocorre nos processos sociais extremamente institucionalizados. Este esforço intelectual produz dois conhecimentos chaves dignos de nota, pois são considerados relevantes para a redução da desigualdade de gênero. Concluiu-se que as relações sociais altamente institucionalizadas não estão passíveis à imunidade, pois a mudança social é inevitável e contínua, em um crescimento de viés diversificado no

mundo. A maior parte das mudanças das relações institucionalizadas são incrementais, reativas e não planejadas, soma-se a estes elementos o fato das transformações não implicarem automaticamente no aumento da desigualdade. Além da onipresença da mudança social, pode-se compreender que esta modificação quase nunca ocorre da mesma maneira, na maioria das vezes é desigual e seus impactos no tempo e no espaço abrangem efeitos diferenciados. Esta mudança “cria conflito, tensão, e ruptura, o que tem, às vezes, inspirado tentativas de mais longo alcance e conscientes de se alterar os arranjos institucionalizados” (Wharton, 2005: 226).

Finalmente, a socióloga afirma que o estudo sobre gênero só pode ser completo se abranger ‘trabalho’ e ‘família’, pois estas esferas afetam diretamente a vida diária de mulheres e de homens adultos e de seus filhos. Assim, trabalho, família e gênero constituem as três palavras de ordem na pesquisa de gênero à medida que pertencem a áreas da vida social entrelaçadas historicamente. À medida que a organização do

trabalho e da vida da família tem mudado, assim também o têm as vidas das mulheres e dos homens. Além disso, as crenças a respeito de gênero e a respeito do que os homens e as mulheres são e deveriam ser são condicionadas por estas instituições (Wharton, 2005:70).

Verificado como uma instituição social, gênero pode ser compreendido como um processo de criação de distinguível *status* social para a atribuição de direitos e de responsabilidades para homens e para mulheres. A socióloga Judith Lorber explica que compreender a difusão de gênero como um caminho para a estruturação da vida social demanda que o *status* de gênero seja claramente diferenciado. A diversidade de talentos, de identidades, personalidades, interesses, preferências sexuais e os caminhos da interação fragmentam a materialidade do indivíduo e sua experiência social. Estes fatores são, então, organizados na vida social da cultura ocidental dentro de dois *status* de gênero reconhecido socialmente e legalmente: ‘homem’ e ‘mulher’. Na construção social de gênero não importa

o que ambos fazem e se fazem a mesma coisa, mas a instituição social de gênero indica apenas que o homem e a mulher devem ser observados de forma diferenciada (Lorber, 1994).

Visando a aprimorar o estudo da relação entre gênero como instituição social, trabalho e desigualdade, serão apresentados os componentes de gênero, os quais podem influenciar, na nossa interpretação, na desigualdade dos diversos aspectos contratuais, de formação educacional, de recompensas no mercado de trabalho, de alocação nas categorias de classe e da divisão do trabalho público e doméstico de homens e de mulheres. Os componentes foram propostos pela pesquisadora Judith Lorber (Lorber, 1994).

a)- Posição social ou *status* de gênero: o reconhecimento social de gênero e as normas e as expectativas para suas sanções comportamentais, gestuais, lingüísticas, emocionais e físicas. A forma que o *status* de gênero se modifica varia de acordo com o desenvolvimento da história, em cada sociedade particular; b)- divisão do trabalho gerado: atribui o trabalho produtivo e o trabalho doméstico para

os membros de diferentes *status* de gênero. O trabalho ordenado pelas diferenças de *status* de gênero fortalece a estima da sociedade em relação àqueles *status* – quanto maior o *status*, maior será o prestígio e o valor do trabalho e o valor da remuneração; c)- parentesco gerado: os direitos e as responsabilidades da família para cada *status* de gênero. O *status* de parentesco reflete e reforça as diferenças de prestígio e de poder dos diferentes gêneros; d)- o ‘documento’ sexual gerado: o modelo normativo do desejo e do comportamento sexual, como prescrito para os diferentes *status* de gênero. Membros do gênero dominante apresentam mais prerrogativas sexuais; já os membros do gênero subordinado podem ser sexualmente explorados; e)- personalidades geradas: a combinação dos modelos traçados pelas normas de gênero de como os membros dos diferentes *status* devem se comportar e sentir. A expectativa social dos outros na interação face-a-face constantemente sustenta estas normas; f)- controle social gerado: a aprovação e a recompensa formal e

informal da conformidade do comportamento e da estigmatização e, por outro lado, a isolamento social, a punição e o tratamento médico da não conformidade de comportamento; g)- ideologia de gênero: a justificação de *status* de gênero, particularmente, as diferenças de valor atribuída a eles. A ideologia dominante tende a superar o criticismo por fazer estas avaliações parecerem naturais; h)- Imagem de gênero: a representação cultural de gênero e a corporificação do gênero na linguagem simbólica e nas produções artísticas produzem e legitimam o *status* de gênero (Lorber, 1994).

De acordo com Judith Lorber, as sociedades variam na extensão da desigualdade no *status* social de seus membros homens e mulheres, mas nos lugares que existem esta desigualdade, o *status* mulher (a disparidade se refere ao comportamento e às alocações de papéis) é usualmente considerado com menor valor em relação ao *status* de homem. A socióloga ressalta que gênero é ainda entrelaçado com outras construções de *status* de diferentes categorias – raça, religião, ocupação, classe, país de origem – homens e

mulheres, membros de grupos favorecidos controlam mais poder, mais prestígio, e mais propriedade do que membros de grupos desfavorecidos. Entretanto, analisando a dinâmica da desigualdade dentro dos grupos, Judith Lorber demonstrou que os homens possuem mais vantagens do que as mulheres, como, por exemplo, nos maiores recursos econômicos e, igualmente na educação e nas oportunidades de trabalho. No caso dos grupos que têm poucos recursos, as mulheres e os homens são aproximadamente iguais e a mulher pode igualmente ultrapassar o homem na educação e no *status* ocupacional (Lorber, 1994).

Quando gênero é o maior componente da estrutura de desigualdade, a desvalorização de gênero acarreta menos poder, prestígio e recompensas econômicas, que o gênero valorizado. Nos países que combatem a discriminação de gênero, muitos dos maiores papéis são, entretanto, gerados, as mulheres realizam mais trabalhos domésticos e criam os filhos, embora passam o dia trabalhando; homens e mulheres são segregados no

trabalho e cada um desempenha a função ‘adequada’ e, além disso, o trabalho da mulher paga um valor menor que o emprego do homem. Destaca-se, ainda, que o homem domina as posições de autoridade e de liderança no governo, no militarismo e nas leis; ademais, a produção cultural, a religião e o esporte refletem os interesses dos homens (LORBER, 1994).

Em relação à estrutura das relações de gênero, na esfera do trabalho, Connell demonstra que os homens possuem vantagens notórias em relação às mulheres, não apenas na inserção do mercado de trabalho, como nas esferas institucionais, como na família. O sociólogo explica que a divisão mencionada se refere à alocação de trabalhos específicos, segundo as categorias particulares dos indivíduos, com capacidade de limitar a prática social do homem e da mulher na estrutura social. A alocação e o treinamento desigual dos sexos demonstram uma discriminação racional incluída na aparente divisão técnica do trabalho e nas estratégias anti-discriminatórias. A divisão sexual do trabalho deve ser avaliada em um

amplo sistema de estrutura de gênero que inclui produção, consumo e distribuição. Connell destaca que as divisões de gênero no trabalho constituem um ponto primordial no capitalismo, pois é igualmente importante como uma divisão de classe (Connell, 1987).

Na divisão sexual do trabalho, os trabalhos domésticos, sem remuneração, geralmente são definidos para a mulher e, os serviços públicos, com pagamento, para os homens. Os trabalhos domésticos podem ainda envolver os filhos. Para Colin Bell e Howard Newby as situações diversas de subordinação da mulher na divisão sexual do trabalho estão ligadas à estrutura subjacente do modelo do patriarcado, com os jovens e as mulheres obedientes respectivamente aos velhos e aos homens. Soma-se a estes fatores o relacionamento sexual marital que pode ser incorporado às estruturas de Poder (Connell, 1987: 99).

O pesquisador ressalta a existência da divisão sexual do trabalho também dentro da família, incluindo as responsabilidades com os serviços domésticos e o cuidado com filhos

(Giddens, 2005). Entretanto, Connell afirma: “Esta força não opera sem resistência. A divisão sexual do trabalho cria, ela própria, bases para a solidariedade entre mulheres” (Connell, 1987: 106).

Mas não basta reconhecer a existência da desigualdade entre homens e mulheres, é fundamental compreender os mecanismos que a causa na multidimensionalidade de gênero, a fim de se criar uma teoria crítica capaz de sobrepujá-los e de propiciar instrumentos de promoção da igualdade de gênero, como propõe a pesquisadora Bárbara Risman (Risman, 2004). A compreensão da multidimensionalidade de gênero é essencial para a investigação da direção e da força das relações causais capazes de re (produzir) a desigualdade de gênero. É importante, por estas razões, identificar “como” a desigualdade de gênero é produzida, pois sem o conhecimento dos mecanismos não há a possibilidade de intervenção dos pesquisadores, dos estudantes e de todos aqueles que militam a favor da redução ou da eliminação da desigualdade de gênero (RISMAN,

2004).

Abstract

Departing from the impossibility of the naturalization of the concept of gender – in which men and women are understood while distinct categories and owning systematically different powers concerning the access to material and social well-being - gender is evaluated, in this study, as a social institution. The analysis of gender as an institution allows the understanding of the socially rooted gender re-production. In the social construction of gender what both man and woman do or if they do the same thing does not matter; the social institution of gender only indicates that the man and the woman must be observed in a differentiated way. Nevertheless, the process of social creation of gender occurs in a diagonal way between individual and society, which allows the understanding of the institution and, consequently, the gender inequality in a dynamic way. For this reason, the importance of the institutional slopes favorable to human management, to social practice, and to the individual action is verified, since they permit to analyse the disparities in the social relations built between men and women with a change capacity. If the established links between masculine and feminine universes are commonly only presented under the perspective of masculine dominance, authors as Robert Connell and scholars relevant to the gender study, among them Judith Lorber, Patrícia Martin, Amy Wharton, Bárbara Risman, do not refute the reality of inequality, however, they open the horizon for the possibility of

rethinking its causal mechanisms and, like this, impelling the woman towards the horizon of access to producing values resources, to education, to the freedom to choose, at last, to emancipate themselves.

Key-words: Gender; inequality

BIBLIOGRAFIA

- CONNELL, R. W. (1987). *Gender and power: society, the person and sexual politics*. Stanford University Press, Stanford.
- GIDDENS, A. (2005). *Sociologia*. São Paulo: Artmed.
- LORBER, J. 1994. *Paradoxes of Gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- MARTIN, P.Y. (2003). *Gender As Social Institution*. Louisiana: Southern Sociological Society.
- WHARTON, A. (2005). *The sociology of gender: an introduction to theory and research*. Oxford: Blackwell.
- SCOTT, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação & Realidade*. Porto Alegre. v. 20, n. 2, p. 71-99.
- RISMAN, B. J. (1994). *Gender as a Social Structure - Theory Wrestling with Activism*. *Gender & Society*, Vol. 18, No. 4, 429-450.